



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17822 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT08 - Formação de Professores

**PROFISSIONAIS DE APOIO À INCLUSÃO ESCOLAR: TRAJETÓRIA HISTÓRICA, FUNÇÃO E ATUAÇÃO**

Jaqueline Barbosa da Silva - UFPE/CAMPUS AGRESTE - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Luan Ferreira da Silva - UFPE/CAMPUS AGRESTE - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

## **PROFISSIONAIS DE APOIO À INCLUSÃO ESCOLAR: TRAJETÓRIA HISTÓRICA, FUNÇÃO E ATUAÇÃO**

---

### **1 INTRODUÇÃO**

O direito à educação é universal e a garantia pelo seu acesso de qualidade é de responsabilidade de diferentes órgãos sociais, envolvendo esferas políticas municipais, federais e estaduais, que, ao seu modo, contribuem e constituem a educação brasileira.

A presença das crianças do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), com assento nas pessoas com deficiência, especificamente com Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou indivíduos com altas habilidades/superdotação, tem seus direitos garantidos pela legislação brasileira.

A lei nº 13.146 conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), visando, além de outros direitos, a garantia do direito e qualidade na oferta da educação, declara que “[...] a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurando sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida” (Art. 27). Em vista desse atendimento, concebe a presença de um profissional responsável pelo

acompanhamento deste público, possibilitando a criança do PAEE a vivência do processo educativo de forma inclusiva.

É na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEEI) que a pessoa responsável por acompanhar o estudante do PAEE é referenciada pela primeira vez, visando a garantia de sua permanência no espaço escolar, mesmo sendo denominado de cuidador ou monitor, conforme afirma Mendes e Lopes (2021).

Neste contexto de discussão, passa-se a considerar, gradualmente, a presença desses profissionais no espaço escolar e, por essa razão, os mesmos tem recebido diferentes denominações nos documentos legais.

O vasto vocabulário é composto por termos como, entre outros: cuidador, monitor, mediador, estagiário mediador, auxiliar de ensino, auxiliar de vida escolar, atendente, acompanhante especializado (Bezerra, 2020, p. 667-668). Essa vastidão terminológica é apontada por Lopes e Mendes (2023) como uma lacuna, tanto na diversidade de funções, quanto no isolamento profissional.

Ainda, Mendes e Lopes (2021), destacam que a ausência de regulamentação das atividades a serem desempenhadas no espaço escolar, enquanto condição *sine qua non* para assegurar os direitos e deveres dos profissionais de apoio de forma objetiva e notória, provoca a precarização do trabalho com a criança do PAEE e, conseqüentemente, a vivência de uma educação inclusiva fragmentada.

Ou seja, a ausência de marcos regulatórios da profissão indica o desempenho inapropriado das funções, levando a uma exposição de crianças e jovens a situações de descaso e negligência.

Logo, o estabelecimento de critérios para a atuar na função de Profissional de Apoio à Inclusão Escolar (PAIE) exige considerar as demandas do ambiente escolar e suas especificidades, evitando a fragilidade da atuação profissional junto ao PAEE.

Nesta pesquisa, adotamos a perspectiva de Orrú (2017) acerca do significado de Educação Inclusiva, remetendo às diferentes demandas e áreas de conhecimento, bem como profissionais, espaços e tempos de aprendizagem. Ou seja, a presença de um profissional para apoio em sala de aula representa um diferencial no processo de aprendizagem do estudante do PAEE.

Ainda, devemos considerar a inserção de um profissional para acompanhar um estudante do PAEE, atendendo a requisitos específicos e garantindo um processo educativo inclusivo e efetivo.

Movidos pelo desafio de compreender as experiências formativas do PAIE, partimos das análises feitas por Mendes e Lopes (2021), sobre a carência de estudos feitos sobre a atuação do PAIE em sala de aula e a definição da regulamentação de sua atuação e direitos no espaço escolar, destacando que esta inquietação advém de experiências no âmbito pessoal, enquanto PAIE, levando a seguinte inquietação: como o Profissional de Apoio à Inclusão Escolar (PAIE) constrói a sua identidade formativa na atuação profissional?

No desempenho da atividade de PAIE foi observada a regularidade no desvio de funções, tais como a exigência de planejamento, execução e análise de atividades, a responsabilização unilateral pelo progresso do estudante do PAEE em âmbitos educacionais, sociais e emocionais, além do auxílio em atividades de higiene, alimentação e cuidados pessoais. Essa situação certamente não é uma experiência isolada e além de gerar resultados negativos sobre a perspectiva individual do profissional, faz parte de um conjunto de desvios apontados por Mendes e Lopes (2021) como algumas razões para a precariedade na atuação destes profissionais, além da escolha por profissionais que não apresentam um perfil adequado para a atuação no ambiente escolar representar uma escolha mais econômica e menos politicamente comprometida com o bem-estar e inclusão do estudante do PAEE. É importante ressaltar a profundidade e importância desta experiência também no que diz respeito aos afetos, grandes, calorosos e viventes.

Inspirados pelo panorama exposto e procurando novos caminhos para reflexões que possam contribuir com a compreensão acerca do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), a investigação, em andamento, busca compreender a identidade formativa do Profissional de Apoio à Inclusão Escolar (PAIE). Para isso, se propõe conhecer a trajetória formativa e identificar as experiências formativas do referido profissional.

A revisão da literatura da área sobre o PAIE selecionou como fonte de acesso ao conhecimento a Revista Brasileira de Educação Especial, contemplando o levantamento da produção na última década, período de 2013 a 2023. No acesso às informações, mapeamos os volumes correspondentes a 19 a 29 do periódico, totalizando 507 trabalhos.

No conjunto da produção, tomamos o termo PAIE como marcador do conhecimento, acessando apenas um artigo com ênfase na presença desse profissional em sala de aula.

A investigação se aproxima da abordagem qualitativa, com enfoque na pesquisa-formação, onde pesquisadores e colaboradores dialogam no processo de construção do conhecimento. Para identificar as experiências que compõem o arcabouço do PAIE, levaremos em consideração as contribuições dos/as

colaboradores/as para compreender como se constrói a identidade profissional na atuação com o PAEE.

A pesquisa, na sua continuidade, fará uso da entrevista narrativa, buscando conhecer a trajetória formativa do PAIE, a fim de identificar suas experiências com o público da inclusão no âmbito escolar.

O artigo está dividido em três partes. A primeira apresenta a trajetória histórica do PAIE, exigências e campo de atuação, onde discorreremos sobre o perfil deste profissional no ambiente escolar. Em seguida, discorreremos sobre as narrativas-formativas, explorando o método de investigação adotado, entendendo-o como fundamento teórico e metodológico. E, por fim, apresentamos às considerações parciais do processo investigativo

## **2 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO PROFISSIONAL DE APOIO À INCLUSÃO ESCOLAR**

Em se tratando de uma pesquisa em andamento, o resultado parcial contempla o levantamento da literatura da área e reflexões suscitadas por ela, indicando caminhos para a construção do perfil do Profissional de Apoio à Inclusão Escolar (PAIE).

### **2.1 Sobre a formação do Profissional de Apoio à Inclusão Escolar**

Lopes e Mendes (2021), investigam as razões para a demanda do PAIE em sala de aula, justificada pela ampla presença do PAEE quanto ao atendimento legal do direito à educação com promoção da inclusão.

Nesse movimento, entre o cumprimento das exigências legais e atendimento ao público específico, surge o encobrimento de “mecanismos de exclusão e políticas de barateamento dos suportes profissionais” (Idem, p.01), levando ao processo de judicialização das demandas pautada por um conjunto de justificativas que oscilam entre aquelas que são adequadas e atendem às demandas do contexto do estudante e aquelas que desconsideram o público específico de atendimento, suprindo sua ausência com, entre outros, “[...] recursos de tecnologia assistiva, professores de Educação Especial, consultorias de profissionais da equipe multidisciplinar e, até mesmo, para cobrir lacunas na formação de professores”. (Ibidem, p.14)

Martins (2011), nessa mesma direção, faz referência aos aportes legais, destacando “[...]o empobrecimento nas questões pedagógicas divulgadas pelos documentos orientadores e normativos das políticas nacionais voltados para a

Educação Especial na perspectiva inclusiva”. Assim, concordamos com Orrú (2017), quando a mesma atenta para a presença do empobrecimento pedagógico da escola, ao selecionar aqueles que podem ou não aprender, baseando-se pelas características ou deficiências, “[..] quem será capaz de conviver com outros alunos, quem não conseguirá atingir os objetivos educacionais propostos pela escola; quem deve ter seu comportamento controlado para não atrapalhar” (p.24).

O desenvolvimento de habilidades motoras, sociais e cognitivas em crianças do PAEE leva em consideração suas especificidades, descartando qualquer ação que surja no imprevisto e que sejam descontextualizadas do público em atendimento. A disponibilidade de profissional para o acompanhamento integral leva ao desenvolvimento de habilidades que visam a autonomia do PAEE, considerando insuficiente a presença de um profissional que se volte apenas para a prestação de serviços relacionados à alimentação, higiene e supervisão.

Para Orrú (2017),

Aprender a fazer a inclusão com vistas à educação de todos e para todos no espaço de aprendizagem comum é aprender a conciliar peças de igual importância dos domínios de conhecimento que são apresentados com os modos singulares de aprender de cada aprendiz, constituindo assim um espaço problemático com possibilidades infinitas de invenção e re-invenção do novo, sem o estabelecimento de medidas paliativas ou padrões de realização. (p.43)

A autora nos convida a repensar a atuação do PAIE, evitando fragilidades no processo aprendente e ensinante com crianças, jovens e adultos do PAEE.

## **2.2 O campo de atuação do Profissional de Apoio à Inclusão Escolar**

A revisão da literatura da área, através da Revista Brasileira de Educação Especial, no período de 2013 a 2023, reportou a 507 trabalhos, sendo identificado apenas um artigo voltado para o PAIE enquanto objeto de investigação. O artigo, intitulado A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: a Problemática do Profissional de Apoio à Inclusão Escolar como um de seus Efeitos, analisou a caracterização do PAIE, quanto às orientações advindas dos documentos legais publicados.

Em Bezerra (2020), o PNEEPEI (2008) é colocado em pauta, por considerar um deslocamento da identidade formativa, quando afirma a predominância do aspecto econômico em detrimento ao pedagógico, destinando a função aqueles/as que não atendem às atribuições para atividade, entre outras, ausência de formação,

levando a não inclusão do público na escola. Esse perfil, não atende à inclusão como a concebemos, ideia

[...] revolucionária e não cede à improbidade das brechas legislativas. Por isso a inclusão não se contenta em acontecer pelo simples estar do excluído no espaço comum de todos. Em outras palavras, não existe meia inclusão, do mesmo modo que não existe estar mais ou menos grávida. (Orrú, 2017, p. 68)

Assim, concordamos com Lopes e Mendes (2023), quanto à garantia de um trabalho com o PAIE, objetivando a inclusão que considere as seguintes fases: (1) orientação inicial, (2) acompanhamento e (3) supervisão. Ainda, há um alerta para o processo de contratação, exigindo clareza quanto às atribuições na função em sala de aula, que, embora atenda fins econômicos, não devem assumir a função de professores/as especializados/as.

A incerteza acerca do perfil para atuação do PAIE contribui para a desvalorização no espaço escolar, entre outros, se considerarmos,

[...] a ausência de um processo seletivo responsável e criterioso, com edital e instruções normativas a seguir, contribui para a desvalorização da função, além da possibilidade de contratar pessoas com perfil inadequado por não haver uma seleção que exija mínimas competências e características para a vaga. (Lopes e Mendes, 2023, p. 07-08)

Em adição a outros fatores, a indecisão acerca do que é o PAIE, sua função e atribuições no espaço escolar, como afirma Martins (2011), põe em evidência o sentimento de desvalorização do PAIE tanto em relação ao desenvolvimento de seu trabalho, no que diz respeito a sua remuneração, quanto no estreitamento da relação profissional com outros funcionários da instituição. A autora chama a atenção para os cenários em que o PAIE é responsabilizado unilateralmente pelo desenvolvimento do estudante do PAEE, mesmo quando assume funções que não correspondem à sua atuação, a exemplo do planejamento de aulas.

Para encerrar, a pesquisa aponta para uma trajetória repleta de caminhos educativos e formativos que dialogam com a especificidade de uma formação específica e diferenciada para o atendimento do público da educação especial.

### **3 BREVES CONSIDERAÇÕES**

A pesquisa em andamento revela, até o momento, a fragilidade na regulamentação da atuação do PAIE, do processo de seleção à definição de critérios na atuação, levando ao desvio de função e fragilidade quanto ao potencial do público da educação inclusiva em atendimento.

A aproximação com o profissional de apoio visa contemplar o movimento formativo de constituição do processo identitário, o qual, segundo Passeggi e Souza (2017), “[...] abre novos horizontes para o ‘retorno do sujeito’, que reaparece sob múltiplas peles: a de autor, narrador, ator, agente social e personagem de sua história” (p. 09, grifo dos/as autores/as).

Assumir a realidade como tal, não significa isentá-la de um processo de reflexão ou objetivá-la por cristalizações contextuais, mas atender à intencionalidade de um projeto descolonial de busca pelo conhecimento, fazendo a escolha pelo processo de aprender a desaprender como uma forma alternativa para sua construção.

Assim, a investigação caminha pela opção descolonial epistêmica, se desvinculando dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento, como preconiza Mignolo (2008).

Por fim, a pesquisa trajetória história do PAIE está diante de movimentos que levam à construção de narrativas, coletivas ou individuais, capazes de gerar conhecimentos que coloquem em perspectiva o Público-Alvo da Educação Especial e acima de tudo, a inclusão.

## REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. Memória, narrativas e pesquisa autobiográfica. **História da Educação**, v. 7, n. 14, 2003, p. 79-95.

BEZERRA, Giovani Ferreira. A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva: a problemática do profissional de apoio à inclusão escolar como um de seus efeitos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 26, 2020, p. 673-688.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), 06 de julho de 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em 23 mar. de 2024.

LOPES, Mariana Moraes; MENDES, Enicéia Gonçalves. Profissionais de apoio à inclusão escolar: quem são e o que fazem esses novos atores no cenário

educacional?. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, e280081, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782023280081>, acesso em 10 de abr. de 2024.

MARTINS, Silvia Maria. O profissional de apoio na rede regular de ensino: a precarização do trabalho com os alunos da Educação Especial, **Série-Estudos**, n. 3, 2014.

MENDES, Enicéia Gonçalves; LOPES, Mariana Moraes. Profissionais de apoio à inclusão escolar: motivos para demandas e atribuições. **Olhar de Professor**, v. 24, 2021, p. 1-18.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 34, n. 1, 2008, p. 287-324.

ORRÚ, Silvia Ester. **O re-inventar da inclusão: os desafios da diferença no processo de ensinar e aprender**, Editora Vozes Limitada, 2017.

PASSEGGI, Maria da Conceição; SOUZA, Elizeu Clementino de. O movimento (auto)biográfico no Brasil: esboço de suas configurações no campo educacional. **Revista Investigación Cualitativa**, v. 2, 2017.

## RESUMO

O texto é um recorte da pesquisa em andamento, que busca compreender a identidade formativa do Profissional de Apoio à Inclusão Escolar (PAIE). A revisão da literatura da área (Mendes e Lopes, 2021; Orrú, 2017) aliou-se ao aporte legal (Brasil, 2015), reconstituindo a trajetória histórica do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE). Como fonte de acesso às informações, recorreremos a produção disponibilizada na Revista Brasileira de Educação Especial, no período de 2013 a 2023. A investigação se aproxima da abordagem qualitativa, com enfoque na pesquisa-formação (Abrahão, 2003; Passeggi e Souza, 2017). A pesquisa, na sua continuidade, fará uso da entrevista narrativa, buscando conhecer a trajetória formativa do PAIE, a fim de identificar suas experiências com o público da inclusão no âmbito escolar. Os resultados parciais se movimentam pela opção descolonial epistêmica, revelada pela pouca ênfase dada ao profissional de apoio à inclusão escolar na literatura da área.

**Palavras-chave:** Profissional de Apoio. Inclusão Escolar. Descolonialidade.